

FEDF quer eleição para

Diretor executivo propõe criação de comissão

CORREIO BRAZILIENSE

DF - eleição
Brasília, sexta-feira, 29 de agosto de 1986 21

substituir demitidos

paritária mas Sindicato dos Professores reage

O diretor executivo da Fundação Educacional, José Quintas, propôs ontem ao Sindicato dos Professores, a formação de comissão paritária para regulamentar as eleições dos futuros diretores das 15 escolas do Complexo A da Ceilândia. Os eleitos deverão, segundo ele, substituir os professores que recentemente pediram exoneração dos cargos, como resposta à demissão dos diretores do Complexo A, Erasto Mendonça, e da Escola Classe nº 5, José Geraldo Ferreira.

A proposta, no entanto, não deverá resolver o impasse, já que o Sindicato descarta a realização de eleições como forma de substituição dos diretores exonerados. Hoje, os professores do Complexo A, B e C da Ceilândia prometem parar a partir das 10h15min.. Eles se reunirão no Centro Educacional nº 2 para discutir, dentre outras coisas, o ato público contra as atitudes da Fundação Educacional, marcado para terça-feira.

Segundo José Quintas, dos 15 professores que pediram exoneração, sete já foram substituídos, alguns nomeados pela Fundação, outros indicados pela própria escola. Informou que, até as eleições do próximo diretor, os substitutos serão mantidos no cargo. "Fizemos um apelo para que os diretores que pediram exoneração voltassem atrás. Já que não aceitaram, pedimos aos professores que indicassem um substituto. Como em algumas escolas ninguém foi indicado, resolvemos que a Fundação nomearia o substituto para garantir o funcionamento da escola", disse.

O diretor executivo da Fundação ainda não sabe quando as eleições acontecerão, mas garantiu que, se a proposta for aceita pelo Sindicato, serão feitas assim que o processo de regulamentação a ser preparado pela comissão paritária estiver pronto. Essa comissão deverá ser integrada por dois membros

da Fundação Educacional e dois representantes do Sindicato. "A comissão é o mecanismo mais adequado para a garantia de diálogo e consenso sobre as questões que envolvem o ensino", revelou.

O acordo sindical firmado em julho entre o Sindicato dos Professores e a Fundação Educacional dispõe que a regulamentação das eleições para diretores de Complexo e escolas deve ser feita pelas duas entidades. Com base nesse acordo é que a Fundação Educacional propôs a criação da comissão paritária para definir a forma pela qual se procederá a regulamentação das eleições. "Esse acordo coletivo, homologado pela Justiça do Trabalho, será o melhor instrumento de ligação entre a Fundação e o Sindicato", disse.

SINDICATO

— Os diretores das 15 escolas do Complexo A da Ceilândia já foram eleitos. Não é idéia do Sindicato que seja realizada outra eleição — reagiu Nelson Moreira Sobrinho, diretor do Conselho Fiscal do Sindicato dos Professores. Em sua opinião, a comissão paritária poderá regulamentar as eleições das escolas recentemente abertas, em que os diretores foram todos nomeados pela Fundação, ou nos casos em que o diretor tenha se aposentado, como na Escola Classe 206 Norte.

Segundo ele, "se os diretores que pediram exoneração não aceitaram voltar aos cargos para os quais foram eleitos pela comunidade, é porque querem também a volta do diretor do Complexo Erasto Mendonça". Revelou que, depois de muitas tentativas frustradas, o Sindicato conseguiu marcar audiências com José Quintas, para a próxima quarta-feira. Enquanto isso, os professores da Ceilândia continuarão mobilizados em torno das chamadas "intervenção" nas escolas do Complexo A.

Jornada discute reforma

O secretário de Educação, Fábio Bruno, abriu ontem a 1ª Jornada Pedagógica dos Diretores das Escolas da Rede Oficial de Ensino do DF, que vai até o próximo dia 5, no auditório do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos. A Jornada, promovida pelo GDF em conjunto com a Fundação Educacional e Secretaria de Educação, pretende dimensionar as reformas educacionais implantadas em 1971, tendo em vista a redemocratização do País e a Constituinte.

Desde ontem, os diretores de escolas e dos Complexos Escolares de Taguatinga, Plano Piloto e das sete escolas de tratamento especial estão discutindo a Proposta Educacional do DF e a Constituinte, além da Nova Lei de Ensino e a ação pedagógica nas escolas. Segunda e terça, será a vez dos diretores de Brazlândia, Cruzeiro, Guarã, Núcleo Bandeirante, Planaltina e Sobradinho fazerem o mesmo. Quarta e quinta, os temas serão repassados aos profissionais do Gama, Ceilândia e chefes de Núcleos do Departamento Geral de Pedagogia, da Fundação Educacional.

Fábio Bruno explicou que a Jornada retomará as questões básicas da política educacional do Distrito Federal, buscando uma maior unidade na ação educativa, e detectará as disfunções ocorridas na implementação das propostas curriculares. Segundo ele, a plenária, a ser realizada no dia 5, fará uma redação final das resoluções tomadas durante os debates, que será entregue à Secretaria de Educação do Paraná, coordenadora do movimento de todas as secretarias do País, para o fórum de Educação a ser realizado a partir de 25 de setembro, em Belém.

— Nossa principal proposta é a de aumentar a obrigação do Estado para o ensino gratuito, que atualmente atende a faixa etária de 7 a 14 anos. Queremos atender também às crianças de 6 anos, que fariam um ano de pré-escolar — disse Bruno. Ele apresentou o esquema para um novo sistema educacional brasileiro, onde, além do pré-escolar, contará com o ciclo básico de alfabetização (dois anos), o ciclo geral (dois anos), o complementar (três anos) e um quinto ciclo, que seriam quatro anos de aprendizado tecnológico (agricultura, indústria, comércio ou serviços); pedagógico (escolas de ensino Normal); e o colegial, para o aluno escolher entre as ciências exatas ou humanas. Este último ciclo compreende a faixa de 14 a 18 anos, sendo que o aluno tem a chance de entrar em qualquer das três opções.

O secretário informou, ainda, que a educação voltada para a formação de cidadania, com indivíduos que respeitem o

princípio da autodeterminação, será outro tema para discussão, na plenária. Para ele, é preciso atenção na escolha dos candidatos à Constituinte, pois terão grande responsabilidade quanto à reformulação da educação. "Para se ter uma visão renovada da educação, os candidatos terão que apresentar propostas conscientes, visando reformular as leis que regem as diretrizes educacionais".

SEM EDUCADORES

Sandra Carvalho, uma das organizadoras da Jornada, acha fundamental a mudança da lei feita em 71. "Não teve a participação dos educadores brasileiros e acompanhou os ideais norte-americanos, influenciada pelo "milagre econômico", que prometia mercado para técnicos formados pelas escolas de 2º grau", afirmou. Sandra acrescentou que, com a crise que veio a seguir, o mercado não absorveu esta mão-de-obra. "As escolas da rede pública ainda acompanham este sistema, que não é adequado para o Brasil".

Para ela, apesar de as escolas sofrerem todo tipo de flagelo, sem espaço físico e material suficiente para atender os 360 mil alunos da rede do DF, ainda há esperança para mudança. "Se envolvermos os educadores na Constituinte, lutando pela universalização do ensino, revitalização dos grêmios estudantis, introdução de um estudo crítico da História e Geografia, não apenas o factual, e, principalmente lutar por mais verbas, como o aumento de 13 para 15 por cento (lei Calmon), para a Educação, dará certo", acredita ela.

A diretora da Escola Classe 45, de Taguatinga, Marineve Leite, acha que, para o aluno participar do ciclo básico proposto por Fábio Bruno, terá que passar, necessariamente, pelo pré-escolar, para uma adaptação. Para ela, o aluno não deve ser reprovado mas, sim, fazer uma autoavaliação e determinar se está ou não alfabetizado. "Ele mesmo saberá se terá condições para enfrentar as 3ª e 4ª séries, que englobam operações abstratas".

Marineve garante que já houve modificações na área pedagógica das escolas, com a maior integração feita pelos coordenadores desta área. "Eles ajudam a ativar mais, além de desenvolver a proposta curricular e estar mais próximos aos professores". Ela aprova as escolas de tempo integral, desde que tenham condições de oferecer opções aos alunos e espaço físico. "A escola deve ser montada com este fim, para que o estudante não encontre a mesma escola e o mesmo ensino sistematizado nos dois turnos".